

Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa

Entrevistadores:
Méri Frotscher*
Robson Laverdi**
Tarcísio Vanderlinde***

Transcrição: Danusa de Lourdes Guimarães da Silva
Edição: Francisco Atanásio Júnior e Méri Frotscher

A obra do geógrafo Rogério Haesbaert da Costa, professor da Universidade Federal Fluminense desde 1986, é atualmente uma das mais conhecidas na área da Geografia Humana no Brasil. Suas reflexões ocupam-se principalmente em discutir sobre território, desterritorialização, identidade territorial, globalização, região e regionalização. Rogério Haesbaert da Costa foi professor visitante da Open University (Milton Keynes, Inglaterra) e da Université de Toulouse Le Mirail (França). Entre suas publicações, destacam-se os livros *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (Ed. Bertrand Brasil, 2004), *Territórios Alternativos* (Ed. UFF/Contexto, 2002), *Desterritorialização e Identidade: a rede gaúcha no Nordeste* (Ed. UFF, 1997) e *Latifúndio e Identidade Regional* (Ed. Mercado Aberto, 1988). Nesta entrevista, Rogério Haesbaert da Costa pôde nos falar sobre sua trajetória e suas principais reflexões na área da Geografia.

Méri: Rogério, gostaríamos que você falasse um pouco sobre sua trajetória de vida e da relação disso com a sua própria trajetória enquanto pesquisador na área da Geografia.

Rogério: Eu comecei a minha Graduação em Santa Maria, mas a vinculação com a Geografia, acho que já vem comigo desde que praticamente me conheço por gente. Desde pequeno que eu desenhava mapas do mundo inteiro e inventava estórias. Era pra mim um passatempo preencher cadernos com mapas e escrever histórias que eu inventava em relação a lugares que imaginava que um dia poderia conhecer. Quando fiz o vestibular pra Geografia, não tive a menor dúvida que era essa a carreira que queria seguir. Santa Maria, na época, tinha um curso de Geografia só de licenciatura e durante o Curso acabou abrindo também o bacharelado, fiz os dois. Logo depois que me formei, comecei a lecionar numa faculdade particular, em Santa Maria, a FIC, que agora se chama UNIFRA, e também cursos de férias da Universidade Federal. Fui para o Rio de Janeiro logo

depois, em 1982 e acabei indo para a UFRJ. Tinha um contato também com a professora Bertha Becker, geógrafa já então muito conhecida, especialmente por seu trabalho sobre a Amazônia. Havíamos nos encontrado num Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros em Caxias do Sul. Sempre tive muita vinculação com as ações da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). Em 1978, estava na Graduação e fui ao Encontro Nacional em Fortaleza, nunca vou esquecer. Milton Santos estava voltando da França e houve um acirrado debate entre a abordagem que ele trazia, de uma Geografia mais crítica, e a Geografia dita quantitativa, neopositivista, predominante em centros como a UNESP - Rio Claro e a UFRJ, no Rio de Janeiro. Para mim aquele debate foi decisivo. A partir daí comecei a procurar os trabalhos que Milton estava publicando e me lembro até que, na minha formatura, meu pai me perguntou o que eu queria como presente, e eu disse: “quero um livro do Milton Santos”. E ele me deu *O Espaço Dividido*, que foi fundamental na minha formação. Nesse ir pro Rio de Janeiro continuei com um pé muito firme no Sul, porque a temática que desdobrei foi sobre a questão da região e da identidade regional, a partir do estudo da Campanha gaúcha. E depois saiu um pequeno livro, *Rio Grande do Sul: Latifúndio e Identidade Regional* (Ed. Mercado Aberto, 1988), fruto da dissertação de mestrado orientada pela professora Bertha Becker. Entre os colegas do curso de Mestrado, uma turma muito questionadora, estava Paulo César Gomes, hoje geógrafo renomado. Depois do mestrado acabei fazendo concursos e ficando no Rio de Janeiro. Em 1986 surgiu um concurso na UFF, e aí foi que comecei a carreira na Universidade Federal Fluminense, onde estou até hoje. Fiz o doutorado em 1990 em São Paulo, na USP, onde cursei disciplina com Milton Santos. Eu já havia trabalhado com Milton no Mestrado, onde também foi meu professor e convidou-me para uma bolsa de pesquisa na Favela da Maré, uma experiência e tanto para um recém-chegado ao Rio de Janeiro. No doutorado continuei com a trajetória dos gaúchos, agora

*Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. Email merifr@unioeste.br

**Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. Email robson_laverdi@hotmail.com

***Doutor em História Universidade Federal Fluminense. Professor do curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. Email tarcisiovanderlinde@gmail.com

como migrantes fora do Rio Grande do Sul, analisando como se reterritorializavam – e como desterritorializavam, também –, tanto em termos político-econômicos quanto culturais. Foi uma experiência muito rica que resultou depois no livro *Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste* (EdUFF, 1997).

Méri: *Você fala de uma preocupação em desmistificar a questão da des-territorialização no processo das migrações. Eu queria que você discutisse sobre isso e também da preocupação em investigar a constituição de múltiplas territorialidades.*

Rogério: Esse tema da des-territorialização surge principalmente a partir desse trabalho com os gaúchos. Mas depois se estende pra uma discussão teórica mais ampla. Eu comecei a levantar, ao longo dos anos 1990, todo discurso que havia dentro das Ciências Sociais, e não só na Geografia, também na Economia, Antropologia, Ciência Política. Um dos sujeitos sociais que aparecia como protótipo da desterritorialização era o migrante. Por isso eu uso, no próprio título do livro, o termo des-territorialização, sempre com hífen, porque o hífen mostra que não há como você trabalhar com um processo sem o outro, um inerente ao outro. Se tomarmos o trabalho clássico desse debate, de Deleuze-Guattari, estes vão se referir a “teoremas” da desterritorialização no livro *Mil Platôs*. O primeiro grande teorema da desterritorialização é que não há desterritorialização sem concomitante reterritorialização em outras bases. Eles trabalham com esse conceito num nível muito amplo. Então, é claro que aí também tem que ter o olhar do geógrafo para fazer seu recorte. Como geógrafos, vamos trabalhar com o território numa dimensão bem mais estrita, embora muito inspirada também no que falam os filósofos Deleuze e Guattari. Em relação especificamente ao migrante, o que percebi é que o termo desterritorialização poderia ser utilizado, mas numa conotação que não vi em nenhum autor das Ciências Sociais. O conceito deveria ser utilizado muito mais no sentido da precarização territorial desses grupos, da perda de controle territorial, especialmente, é claro, para os migrantes mais pobres. Na verdade, esse termo era usado de maneira indiscriminada, tanto para a elite planetária que estaria “desterritorializada”, quanto para o migrante pobre que está lá na base da pirâmide social. Então, tentei fazer uma primeira distinção a partir da inserção econômica e social dos migrantes dentro do mundo dito globalizado. Percebi que haveria outra possibilidade, bastante distinta, principalmente para aqueles que migram já com certo capital para investir. Este tipo de migrante, mais privilegiado, na verdade estava vivendo, muito mais que uma desterritorialização, uma multiterritorialidade, muito segura, por sinal, porque ele tinha e tem efetivamente controle sobre esse circuito que produz e freqüenta. De maneira alguma você pode usar de forma genérica o termo

desterritorializado para esse tipo de migrante, principalmente quando comparado com aquele que está na base da pirâmide social. Então, na verdade, esse termo desterritorialização adquire dois grandes sentidos. Um primeiro, que é mais geral, mais amplo, um pouco na ótica de Deleuze e Guattari, significando que todo processo social que se desencadeia implica ao mesmo tempo na destruição de um território e na reconstrução dele em outras bases. Noutra sentido, mais específico, e considerando a diferença e a desigualdade de classes dentro da sociedade, costumo aplicar a ideia de desterritorialização como precarização territorial, inspirado um pouco na visão do José de Souza Martins de que não existe ninguém completamente excluído dentro da sociedade. Para ele, exclusão é um termo muito escorregadio, politicamente perigoso, daí ele preferir falar em “inclusão precária”. Então, apropriei-me um pouco dessa visão sociológica de Martins na Geografia, afirmando que existe uma precarização territorial e que ninguém está completamente fora de um território, assim como ninguém está completamente fora da sociedade num sentido amplo. Ou seja, sintetizando, não existe ninguém completamente destituído de território – por mais precário que ele seja, mesmo um sem-teto estará lutando pelo controle de seu “território mínimo”, seja sob uma ponte ou a marquise de um prédio.

Tarcísio: *Examinando um pouco alguma coisa que você escreveu também junto com Carlos Walter, ultimamente, você fala da constituição de um sistema-mundo moderno colonial.*

Rogério: Ah... mas essa é uma proposta do Carlos Walter que acabei incorporando, através do intenso diálogo que temos travado, e preferia deixar para ele desdobrá-la, não me sinto à vontade nem poderia desdobrá-la, aqui, “à altura”.

Tarcísio: *Mas, talvez, discutiria outra questão dentro dessa concepção: a colocação de que há um poder marcando a terra, a Geografia que impõe ao mundo um princípio, um marco zero. Poderias explicitar um pouco esse poder, essa Geografia.*

Rogério: Isso também é uma proposta e aí tenho que dar o crédito para o Carlos, porque foi ele que trabalhou melhor a ideia. Há um livro dele chamado *Geo-grafias*, publicado em espanhol. Ele trabalha com a ideia de que o homem está sempre grafando o espaço e ele se torna território a partir dessa grafia. E grafia não só no sentido físico, de você colocar traços no terreno, fisicamente, mas também no sentido de você criar representações sobre esse mundo e significá-lo. Ao mesmo tempo em que se tem essa grafia, no sentido material, tem-se também o sentido imaterial aí presente. Eu acho que é possível relacionar essa leitura com aquela que faço do território ao mesmo tempo como apropriação e como dominação do espaço. E nisto me inspiro também no Lefebvre, quando ele faz, em “A Produção do Espaço”, a diferença entre dominação e apropriação, em que a

dominação seria uma prática muito mais de controle político-econômico do espaço e a apropriação envolveria obrigatoriamente uma apropriação mais simbólica, afetiva, do espaço. Obviamente, você se sente muito mais mobilizado, tende a uma maior coesão social e se sente mais responsável por um espaço na medida em que você se identifica com ele, não está tratando dele simplesmente como espaço funcional. Costumo dizer que o território tem uma configuração que se estende dentro de um *continuum* que vai desde um território meramente funcional até um território mais simbólico. Num extremo, você teria, por exemplo, uma grande empresa que tem a preocupação meramente de produzir através daquele espaço, usufruir de uma determinada mão-de-obra e ela se territorializa com esta função muito clara ligada à reprodução de um processo econômico. E, no outro extremo, você encontraria uma territorialidade, mas não exatamente um território, no sentido de haver uma série de representações mentais sobre um território, mas ele concretamente, fisicamente, materialmente, não está ali construído. Então, prefiro usar, neste caso, o termo territorialidade e não território, porque eu acho que a contribuição do geógrafo é justamente de ver essa materialidade que está presente, não ficando restrito apenas ao campo das representações.

Tarcísio: *Gostaria que discutisse sobre a metamorfose do Estado de Bem-Estar Social para Estado de Segurança. Poderia falar sobre a concepção daquilo que você denominou em sua palestra de biopoder...*

Robson: *Ontem em sua palestra você explorou isso a partir de Foucault. A questão da disciplina, do biopoder, do Estado. Essas inferências de Foucault foram revistas por ele depois num processo incorporando a questão da subjetivação, até mesmo como uma dificuldade de pensar só o controle, a disciplina. Como é que você pensa essa questão de retomar Foucault neste momento e como você vê a questão do sujeito, já que em Foucault, mais tarde, isso não se coloca dessa forma?*

Rogério: Não tenho investido exatamente na questão da produção do sujeito, especificamente, através da perspectiva foucaultiana. Tenho me apropriado mais das contribuições que ele deu pra a leitura do poder e das diferentes formas de controle, inclusive estatal, que é um ângulo muito pouco enfatizado em sua obra. O que mais se fala é uma crítica a Foucault por ele ter deixado de lado, menosprezado e diminuído o papel do macropoder estatal. Os cursos do *Collège de France* dos anos 1970, que só agora estão sendo publicados, principalmente os livros *Segurança, Território e População*, que acabou de sair em português, e o *Nascimento da Biopolítica*, que sairá em breve, mostram exatamente o oposto, um Foucault preocupado com a figura do Estado e que tem uma contribuição muito séria para dar sobre a própria formação do Estado liberal moderno, que é o que aparece mais no *Nascimento da Biopolítica*. Neste livro ele faz um trânsito histórico por

toda a formação do liberalismo. Então, acho que o Foucault tem uma contribuição muito grande a nos dar no trânsito entre o micro e o macropoder e não simplesmente na esfera da microfísica do poder, que é do que costumeiramente acabamos nos apropriando. Sobre essa diferenciação entre o Estado, que você chamou do Bem-Estar Social, e o Estado de Segurança, é interessante não generalizar muito, porque essas mudanças que parecem estar ocorrendo hoje, de um Estado, no caso da Europa, mais voltado para a questão do *welfare*, para um Estado de Segurança, elas têm diferenciações regionais, a nível global, muito importantes. Aqui no Brasil, acho que há uma reviravolta, primeiro que a gente nunca chegou a ter Estado de Bem-Estar Social, no sentido efetivo, como aconteceu no contexto europeu e, segundo, a segurança sempre foi pra nós uma questão muito séria, até mesmo naquilo que Agamben chama de “Estado de Exceção”. Nós, aqui na América Latina, vivemos um ir e vir de Estados de Exceção, o tempo inteiro, sempre vivemos um pouco (ou muito) em função do discurso da segurança, tomando toda uma série de medidas autoritárias em nome do discurso da segurança, ainda que reinventando nossos inimigos: o facismo, o “comunismo”, o narcotráfico... Então, para nós, da América Latina, está muito mais presente essa idéia do Estado de Segurança ou, na linguagem de Agamben, do “Estado de Exceção”, do que propriamente do Estado de Bem-Estar Social. A questão mais geral e primeira que você colocou, da mudança do poder que o Foucault vai chamar de “poder disciplinar” para o poder “biopolítico”, acho que isso é evidente através da visão também aqui na América Latina, dessa massa de despossuídos crescente que vemos emergir, principalmente através dos Estados neoliberais, desses modelos de neoliberalismos que vivenciamos aqui. A biopolítica, para Foucault, tem uma mudança no foco do poder. Na disciplina, este foco estaria sobre o indivíduo enquanto corpo. Na biopolítica, por sua vez, ele estaria na população, que é um termo que ele usa e que pode gerar muita polêmica entre nós, na Geografia. Porque quando se fala em população, parece que é uma caracterização genérica, como se todos que a compõem pudessem ser tratados igualmente, da mesma forma, ignorando toda a diferenciação interna, principalmente de classes e de grupos culturais. Mas Foucault, justamente, destaca o termo população para enfatizar o caráter de massa ou de espécie biológica com a qual o homem está ou pode ser visto, genericamente. E isso ocorre desde as origens do capitalismo, mas essa biopolítica das populações, firma-se, para ele, no contexto europeu, ou pelo menos é onde o trabalho dele se centra, a partir do final do século XIX, com a importância que se dá, por exemplo, às estatísticas, tudo é levado para a questão do número, índices de mobilidade, de mortalidade, de fecundidade, de natalidade, essas tentativas de controle da população, no sentido de sua reprodução biológica, enquanto

espécie. Isso ele já visualizava lá no final dos anos 1970, quando ele ministrou o Curso “Segurança, Território e População”. Identificou assim uma clara tendência, num futuro próximo, de se acentuar ainda mais essa abordagem do homem enquanto espécie biológica, em que uma das preocupações fundamentais se dá em relação às conseqüências dessa reprodução, de sua distribuição e de sua mobilidade – além daquilo que conhecemos como biogenética. Então, acho que na ótica dessa massa de despossuídos produzida pelo próprio modelo neoliberal, fica muito claro que há uma preocupação no que fazer com essa massa de despossuídos. Aí, muitas vezes, ela passa a ser vista basicamente apenas por sua reprodução biológica, nos efeitos que ela pode provocar enquanto reprodução, na difusão de doenças, por exemplo, na contenção de fluxos, especialmente o de migrantes. Há vários casos hoje que exemplificam essa preocupação que envolve também a própria questão da segurança em relação à disseminação e mobilidade destas “populações”, sem falar nas próprias questões de biodiversidade e biosegurança.

Tarcísio: *A idéia de regionalização parece um indicativo interessante na pesquisa geográfica com enfoque regional. Quais os cuidados que se deveria ter ao pesquisar uma temática com ênfase na regionalização. Como regionalizar espaços heterogêneos, fluídos como os atuais? E, dentro dessa reflexão, como você analisa o papel da China hoje na regionalização?*

Rogério: Dá pra fazer um livro inteiro sobre a questão aqui colocada, ou dois: um sobre a questão regional, outro sobre a questão da China na “regionalização” atual... Mas vamos lá. Regionalização é outro conceito, ao lado do de território, que tenho trabalhado desde o início de minhas pesquisas, a começar pela Campanha gaúcha. São dois conceitos centrais que tenho trabalhado, território de um lado, e região, de outro. Estou revendo alguns artigos que eu escrevi desde 1999, sobre a temática regional, e organizando um livro tentando aprofundar o tema a partir da leitura dos clássicos nesta área. A Geografia tem abordado, dentro de uma tradição representada por um de seus grandes clássicos, Paul Vidal de La Blache, a questão da região e da regionalização. Gostaria de começar respondendo por aí, porque o próprio Vidal, ao traçar a ideia de região, ao longo do percurso intelectual dele, já revelava essa multiplicidade que a questão regional coloca pra nós. Ele começa, e quase não se fala disso, com uma visão de região voltada ainda para a região natural, aquela visão até meio determinista, de que a grande diferenciação do espaço seria a diferenciação natural. Depois vem a relação homem – meio, que é a que trabalhamos como se fosse a única “região lablacheana”. Mas tem ainda o Vidal da região nodal, pois ele fala do espaço organizado através dos fluxos, das cidades centrais, já antecipando um pouco Christaller e sua teoria do lugar central. Se

quisermos até extrapolar um pouco, podemos dizer que já estava presente, nas várias regionalizações do Vidal de La Blache, também a visão de região como produto do regionalismo, quando ele fala da Alsácia-Lorena em seu livro “A França do Leste”, por volta de 1917. Então, resgatando o próprio Vidal, você vê a diversidade de perspectivas com que a regionalização pode ser trabalhada. Mas, por tradição, região sempre representou uma espécie de “síntese” de múltiplas dimensões. Eu digo que é o conceito mais “integrador” dentro da Geografia. Mas “regionalização”, em sentido amplo, você pode fazer a partir de qualquer critério, e a chamada geografia neopositivista levou isto ao extremo, reduzindo a região àquilo que denominamos “classe de área”, classificando espaços a partir de critérios definidos pelo pesquisador. Há então uma verdadeira luta que se desenha entre aqueles que vêem a regionalização como mero instrumento de análise, proposto pelo pesquisador através de “n” critérios a sua escolha, e aqueles que partem do real em toda a sua diversidade – por exemplo, nas manifestações concretas de regionalismos, da divisão inter-regional do trabalho e/ou das identidades regionais. De qualquer forma, como é cada vez mais difícil encontrar coesão ou unidade em espaços dotados de continuidade, a diferenciação regional se torna cada vez mais complexa e é necessário, sempre, eleger um elemento ou um conjunto de elementos/dimensões para regionalizar. Assim, devemos nos perguntar sempre: até que ponto determinado elemento/dimensão é efetivamente estruturador(a) daquele espaço? Qual o elemento principal que vai, de certa forma, dar conta melhor da interação frente aos outros elementos que estão ali, ou frente a outras dimensões de espaço que estão ali constituídas? Diria até que, nesse sentido, região é o conceito mais pretensioso da Geografia, pois envolve a definição dos elementos básicos de diferenciação do espaço, em toda a sua multiplicidade. Conceitos como território, paisagem, lugar, têm um foco, e este pode ser relações de poder, identidades, o campo das representações. Mas a região não tem propriamente esse foco, a não ser que você olhe de fora a partir da Economia Regional, e diga que são as relações do espaço econômico. O “foco” da região é mais epistemológico, poderíamos dizer. Aí entra a dificuldade, hoje, de encontrarmos aquele(s) elemento(s) integradores ou a(s) dimensão(ões) integradora(s) do espaço, num mundo, por um lado, homogeneizado e, por outro, recriador da diferença o tempo inteiro e em escalas muito mais detalhadas. Regiões, no sentido mais elementar, seriam espaços dotados de certa coesão ou homogeneidade/unidade interna. São os dois grandes princípios da regionalização, a homogeneidade e/ou a coesão. Milton Santos trabalhava com coesão funcional. Acho que seria interessante acrescentar também o que chamamos de coesão simbólica, não só a funcional, mas também a simbólica. Como é que uma região hoje

poderia condensar tanto a coesão funcional quanto a simbólica? É muito difícil. Eu sempre falo para os meus alunos: desenhe o mapa do mundo físico-natural, coloque sobre ele um mapa econômico, depois um mapa político do mundo e, por fim, um mapa cultural. Eles não se casam, ou seja, é impossível você fazer uma regionalização no sentido integrador nos moldes de uma certa Geografia Clássica. É muito difícil você eleger um elemento que congregue e que consiga dar essa unidade para esses espaços. Então, eu diria, parafraseando Milton Santos, que a região não desapareceu, mas nunca foi tão complexa como hoje. Há um trabalho que escrevi em 1999, sobre a questão da regionalização, em que cheguei até a imaginar uma regionalização em rede. Em escala global, você possui várias redes ao longo do planeta – como, então, regionalizar este mundo “em rede”? Na verdade, vamos ter sempre fenômenos que se articulam mais em termos de rede, numa lógica reticular, como as grandes empresas, e outros mais em termos de zonas ou áreas, numa lógica zonal, como os Estados-nações. Então, eu acho que isso nos mostra que, hoje, regionalizar significa optar por um elemento, mas dificilmente acreditando que ele vai ser o elemento integrador que dê conta efetivamente de toda uma coesão espacial. Porque esta própria “coesão” é relativa. No caso do mundo, para não te deixar sem a resposta em relação à escala global e o papel da China, que você menciona, ainda podemos, é claro, trabalhar com regionalização levando em conta as unidades territoriais dos Estados-nações, mas reconhecendo a limitação disso, pois só dá conta de algumas questões, não dá conta de outras. Nesse caso, no Oriente, você teria uma “região” sob influência mais direta da China que é cada vez mais clara, dada sua influência no conjunto de redes que se articulam regional e mundialmente. Mas aí eu diria, junto com a influência zonal da China, sob uma área do Extremo Oriente, disputando áreas de influência com o Japão, encontramos também a rede de diáspora chinesa, que precisa, de alguma forma, ser também considerada. E ela se estende globalmente, porque a China também depende dessa diáspora dos chineses que estão nos EUA e dos chineses que estão até aqui no Brasil, hoje. Acho que não tem como fugir das duas lógicas, aquela mais zonal que você consegue “desenhar” de uma área de influência contínua ou relativamente contínua e aquela das redes que abarcam de certa forma o planeta inteiro, ou melhor, distribuem-se a nível global. Além disso, na diferenciação dos espaços, é fundamental considerar tanto as chamadas diferenças de grau, como as desigualdades econômicas, quanto as diferenças qualitativas, como aquelas de ordem cultural.

Robson: *Estão bastante em voga na História os chamados estudos culturais. Alguns autores importantes como Edward Saïd, Stuart Hall, Raymond Williams, têm se dedicado aos estudos culturais. Eu queria que você falasse um pouco disso em relação ao debate na Geografia. E aí*

eu já desdobro para outra questão: a cultura tem sido não só utilizada como categoria a se pensar, mas com outras formas de apropriações. Só pra gente exemplificar na História: a História Cultural, a História Social da Cultura e a História e Cultura. Como se apresenta o debate dessa categoria no campo da Geografia?

Rogério: A Geografia, mais tardiamente que a História, acabou assimilando essa tendência à valorização dos Estudos Culturais a partir, eu diria, dos anos 1980 para cá, pelo menos no contexto brasileiro. A nível mundial, entretanto, podemos dizer que a chamada Geografia Cultural tem seus primórdios no início do século XX com figuras como Carl Sauer, nos Estados Unidos, autores que irão trabalhar com uma idéia de cultura muito ligada a sua dimensão material. Até hoje há um dilema entre a Geografia assumir, continuar nessa tradição, mais materialista da cultura, eu diria, e aquela voltada mais para o campo das representações, do simbólico. Até que ponto realizamos este casamento? Falo isto porque trabalhei na própria tese dos gaúchos no Nordeste com a ideia de “espaço de referência identitária” e vi aí um cruzamento indissociável entre a dimensão material e a dimensão simbólica. Não havia como fazer essa dissociação que alguns geógrafos acabam fazendo. O Saïd e o Hall falam sempre: todo indivíduo e todo grupo social carregam uma Geografia e uma História imaginárias. Quanto à Geografia, deveríamos acrescentar, ela não seria apenas “imaginária”, porque temos que discutir, penso eu, em que medida materializamos, realizamos ações concretas, em função desses referenciais simbólicos. Lembro que, na minha tese, busquei no livro *A Instituição Imaginária da Sociedade*, de Castoriadis, a afirmação de que não há símbolo que esteja completamente dissociado de uma referência material. Então, o geógrafo ou, de um modo mais pessoal, o meu trabalho, enquanto inserido no campo das questões culturais, segue muito na busca e compreensão do processo com que estes referenciais materiais são acionados simbolicamente, e a eficácia que desempenham na construção de um projeto político-identitário. Isso é muito visível para nós, naquilo que chamamos de identidade territorial. Não simplesmente em termos de representações de território, mas do que fazemos, efetivamente, em função dessas representações. Por exemplo, os espaços de referência identitária para a construção de identidade nacionais e regionais. O que significa, no caso, a estância latifundiária para a construção da identidade gaúcha? O que significa o sertão do Nordeste na construção da identidade nordestina? São referenciais simbólicos que, embora seus mentores tenham a opção de escolher os elementos materiais de sua construção, não podem escolhê-los de um modo completamente aleatório. Muitos podem, inclusive, ser totalmente inventados, mas não só no plano simbólico, também na materialidade dos espaços: a construção de monumentos e praças, por exemplo, pode

vir acoplada à função de forjar ou de fortalecer identidades territoriais. Vide o que está acontecendo a nível internacional com aqueles ex-países soviéticos, o Cazaquistão, o Turcomenistão, com presidentes, muitos deles ditatoriais, que estão reconstruindo a própria geografia do país, em função de uma nova identidade que eles querem impor para a população. E, com certeza, ela tende a ter mais eficácia na medida em que recheamos esse espaço de novas materialidades que simbolizem o que eles querem dizer, a mensagem que eles desejam inculcar. O presidente do Cazaquistão já criou até uma nova capital com uma arquitetura extremamente arrojada. São eventos eminentemente geográficos nesse sentido, formas materiais dotadas de forte expressão simbólica, às vezes até intencional. Mas a pergunta não deve ser sobre a “verdade” da identidade, já que ela é sempre uma construção social, uma “ilusão”, mas sobre a eficácia, para o que serve esse acionamento identitário, o que faz ao acionar/produzir uma identidade. No Brasil, o geógrafo Roberto Lobato Corrêa, um dos principais responsáveis pelo fortalecimento recente da Geografia Cultural no país, tem trabalhado muitas destas questões. Mas já se percebem também linhas distintas na geografia cultural brasileira, algumas de raízes mais “empiristas”, centralizadas na dimensão material da cultura, e outras com maior abertura para leituras fenomenológicas ou desconstrutivistas. A recente guinada materialista visível na Geografia inglesa – incluindo vertentes auto-denominadas de “não-representacionais”, talvez traga novos debates ao nosso contexto. Num sentido muito genérico, gostaria de enfatizar que não vejo a “Geografia Cultural” como uma área própria ou mesmo um paradigma, mas como uma abordagem, uma dimensão do espaço – pois, no fundo, podemos afirmar, de alguma forma, que “toda Geografia é geografia cultural”.

Tarcísio: *Há um preconceito em relação a isso, quando dizem que a Geografia Cultural não percebe determinadas estruturas?*

Rogério: Neste sentido ela abarcaria apenas as “sobras”, o que não diz respeito ao econômico ou ao político, ou seja, as questões menos relevantes ficariam a cargo da Geografia Cultural. Mas isto pode ser fruto justamente da visão daqueles que, no intuito de definirem de forma demasiado clara um campo próprio à Geografia Cultural, fragmentam o espaço e dicotomizam as suas diferentes dimensões. Felizmente há hoje uma tendência a trabalhar nas interfaces, o que mostra que o cultural é um componente indissociável de qualquer fenômeno ou análise. Há geógrafos que tinham uma postura e um trabalho filiado eminentemente à Geografia Política, por exemplo, ou à Geografia Econômica e que hoje estão trabalhando na interface com o que chamamos de Geografia Cultural. Porque a própria realidade mostra que os elementos não podem ser dissociados, e o campo simbólico adquiriu tamanha força que re-significa, hoje,

a própria economia, o próprio poder, o poder da sedução, por exemplo. John Allen coloca claramente que uma das formas de poder, hoje, e que se manifesta com muita força, é o poder da sedução. Uma sedução de imagens, às vezes espaciais, também, como no caso de paisagens que seduzem turistas. A atividade turística retrabalha estas imagens o tempo inteiro. Compra-se muitas vezes mais a imagem de um produto do que o próprio produto em si. Há então, podemos dizer, toda uma mercantilização da cultura e uma “simbolização” do poder, podendo-se trabalhar com o poder basicamente numa dimensão simbólica, como faz Pierre Bourdieu em alguns de seus trabalhos. Não há mais como afirmar, então, aqui temos uma Geografia Cultural, aqui uma Geografia Econômica, ali uma Geografia Política. Toda Geografia é uma Geografia Cultural, sem dúvida, na perspectiva de que ela tem que transitar por esse mundo complexo das representações espaciais. Mas sem perder os “pés no chão”, ou seja, as ações concretas em função das quais estas representações são forjadas, ou acionadas. Costumo dizer que toda identidade social é espacialmente construída, no sentido de ser produzida através do espaço, pois nenhuma relação social é a-espacial, mas a referência central na sua elaboração e reprodução não obrigatoriamente é o território. Quando a referência central para a construção dessa identidade é o território, aí sim, você tem uma identidade territorial. As identidades regional e nacional, por exemplo, são claramente identidades territoriais. Agora, existem identidades sociais que não têm no território o seu elemento central – como as identidades de gênero, por exemplo, essas não são identidades territoriais, podem até ser identidades espaciais, em certo sentido, porque são construídas através de determinados espaços, mas seu componente básico não é o referencial espacial. Então, nesse sentido, há uma diferenciação entre identidade social no sentido mais amplo e as identidades que recorrem ao território, essa referência espacial, como centro para sua construção. Em síntese, não é mais questão dizer se o cultural é “estrutural” ou não. Não se trata do velho debate estruturalista – onde, no extremo, o cultural vira “super-estrutura”. Ele é um componente indissociável de todas as nossas ações, e isto basta para revelar sua importância.

Méri: *A globalização tem produzido uma grande mobilidade de pessoas, por um lado, e por outro, uma preocupação muito acirrada com a questão do controle e da segurança. Percebemos isso mais claramente no caso das migrações internacionais. Os migrantes são incluídos economicamente, muito embora de uma maneira desigual, e ao mesmo tempo são excluídos socialmente ou se têm uma inclusão precária em termos sociais e jurídicos. Como você vê o papel da Geografia nessa interpretação sobre a questão das migrações e desses processos de exclusão?*

Rogério: As migrações se constituem hoje num

verdadeiro laboratório para o estudo das transformações nas nossas práticas e representações do espaço. E essa questão da exclusão em relação ao migrante, que você colocou, também acho que envolve uma rediscussão muito rica da própria questão da cidadania e do papel do Estado. A própria questão da fronteira é colocada em xeque. Ela é um paradoxo pois, mesmo na ótica liberal, ela é criada, junto com o Estado, visando garantir direitos e valores universais, ao mesmo tempo em que segmenta e distingue cidadãos a partir da fragmentação territorial dos Estados. Teoricamente é garantia de cidadania e inclusão, por um lado, e por outro segmenta, discrimina, exclui. Assim, não podemos cruzar fronteiras nacionais indiscriminadamente. A cidadania, portanto, é também uma questão territorial, mas uma questão de territórios exclusivos e excludentes. O que deveria ser colocado no lugar, para um mundo que permitisse efetivamente a liberalização da fluidez de pessoas, como garantir isto e o que isto acarretaria para o próprio capitalismo a nível mundial? É uma questão básica para se discutir e temos vários dados hoje mostrando que a migração é altamente positiva, economicamente falando, para os países para onde as pessoas se dirigem, e se retirássemos o migrante dali, o país entraria em crise, ou pioraria no caso daqueles que já estão com problemas. Isso em geral não é percebido. Ao contrário, Berlusconi na Itália, por exemplo, está fazendo todo um movimento pelo controle ainda mais rígido da entrada de migrantes, sem lembrar que a própria economia da Itália deve tanto a estes trabalhadores, fundamentais para a sociedade italiana nas últimas décadas. Então, acho que isso mostra que tem que haver uma rediscussão muito séria sobre as novas formas de liberalização que deveriam ocorrer, em contraposição às práticas de fechamento que proliferam mundo afora. A Geografia tem, aí, um papel fundamental. Grupos como o NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, coordenado pelo geógrafo Helion Póvoa, são um exemplo muito importante neste sentido.

Tarcísio: Num dos seus últimos escritos, Octavio Ianni considera o 11 de Setembro de 2001 um prenúncio de uma revolução mundial. Como você percebe o ressurgimento dos fundamentalismos no mundo contemporâneo, mais notadamente o fundamentalismo religioso, e sua relação com o terrorismo?

Rogério: Acho que dá pra fazer um elo entre essa questão da ascensão dos fundamentalismos e a questão da identidade cultural. Um poeta irlandês dizia que a única coisa que não nos podem roubar é o nosso imaginário. Mesmo que você esteja na prisão, resta ali a tua imaginação e, de certa forma, o teu campo identitário. Para muitos grupos expropriados, hoje, percebe-se que a última coisa que sobrou para eles foram elementos simbólicos de suas identidades, no caso, a identidade religiosa. Muitas vezes eles se agarram com tamanha força nessa sobra, nesse “resto” de dignidade,

que acabam gerando formas de organização territorial que podemos denominar de territorialismo, como em muitos guetos. Esse apego exagerado a um território é também uma forma de fundamentalismo. Longe de aceitar essa afirmação de Octavio Ianni, de uma “revolução mundial” prenunciada a partir do fundamentalismo, acho que uma questão importante é que não existe uma unidade dentro desses vários tipos de fundamentalismos, com suas muitas facções. Muito menos um único “território” pelo qual eles lutam. A própria Al Qaeda, hoje, perdeu o controle sobre o que está acontecendo em sua “rede” – na verdade, assim, mais um rizoma do que uma rede. Ela perdeu esse controle centralizado, se é que teve um dia. Então, são tantas as formas desse fundamentalismo se efetivar, na periferia miserável de Karachi, na periferia do Cairo ou de Paris... não obrigatoriamente ligado à Al Qaeda, mas igualmente com uma postura fundamentalista. Agora, existe uma questão específica que eu não teria condições aqui de aprofundar, mas que é importante lembrar, que é a questão específica da religião, hoje. Ela tem sua especificidade e encontra-se envolvida numa crise muito mais ampla, de valores. Esse revigorar dos princípios religiosos em todas as esferas, desde as religiões mais tradicionais até as novas seitas e filiações, acho que isso está no bojo de uma crise civilizatória mais ampla. Cabe pensar todo este peso, hoje, da religião, também num sentido mais amplo, numa escala mais geral. Castells, por exemplo, no livro *O poder da identidade*, fala que se há um elemento que percorre toda a história humana ou que permaneceu mais tempo até aqui, é o elemento religioso. E se formos ver, realmente, ao longo dos últimos dois milênios, se há um elemento que perdurou, não foi o Estado, não foi o modo de produção, foi a religião. Ela acaba, então, principalmente em momentos de crise como este, revigorando seu papel. É fundamental, assim, que reconheçamos essa longa duração do fenômeno religioso, em suas múltiplas manifestações, e não simplesmente através de suas configurações fundamentalistas. Por mais que o iluminismo racionalista tenha tentado superar uma espécie de “período religioso” do homem, este se acabou se revelando mais forte do que se imaginava.

Robson: Nós estamos numa região de fronteira e atualmente há uma série de novos conflitos envolvendo a questão dos chamados brasiguaios, essa questão fundiária, ao mesmo tempo, explodindo aí de outra forma, inclusive ganhando os noticiários. Como você, a partir de sua experiência e inserção nessas reflexões, pensa esse momento? Como você avalia isso?

Rogério: Desenvolvi, entre 1998 e 2002, uma pesquisa do CNPq em relação a essa presença dos brasileiros do outro lado da fronteira. Veio logo depois da minha tese de Doutorado e, de certa forma, acompanha essa trilha, esse percurso pela “diáspora” dos gaúchos, não só no interior do Brasil, mas nos países vizinhos do Mercosul.

Porque trabalhei também no Uruguai e na Argentina, em Misiones, analisando a presença de migrantes brasileiros, a maioria sulistas. Obviamente esta área aqui do Paraguai é aquela em que a presença brasileira é mais pronunciada. Bem diferente no Uruguai, em que eles estão situados de forma mais dispersa, ainda que dominando grandes propriedades de pecuária ou de rizicultura. A Argentina evitou um pouco essa entrada, criando áreas de proteção ambiental junto à fronteira com o Brasil. No Paraguai, com uma legislação muito mais permissiva, especialmente no início, quando o ditador Stroessner estimulou a vinda dos migrantes “alemães” (brasileiros), houve praticamente a expansão da fronteira agrícola brasileira a partir do oeste do Paraná em direção ao leste do país, quase como se a fronteira ali não existisse. Esta migração maciça – hoje estima-se em 500 mil o número de brasileiros no leste do Paraguai – e a introdução do complexo soja acabou gerando um processo de exclusão dos paraguaios, especialmente dos mais pobres, que foram como que empurrados para a região central do país. Muitos dos que saíram dessa área eram indígenas que ocupavam a principal área florestada do país, hoje praticamente devastada. Em Santa Maria, ainda na graduação, eu já percebia entre estudantes paraguaios uma certa reação ao que eles denominavam de “imperialismo brasileiro”, especialmente com o acordo de Itaipu. Hoje um outro elemento de tensão é a tentativa de colocar em prática a lei que proíbe proprietários estrangeiros na faixa de 50 km ao longo da fronteira. Muitos sem-terra paraguaios também lutam por sua aplicação. Num dos trabalhos de campo que fizemos, em San Alberto, que é um município próximo daqui, e que tinha o primeiro prefeito brasileiro no Paraguai, houve uma forte reação dos “campeiros” que fecharam a prefeitura e acamparam na praça central da cidade, exigindo a saída do prefeito e a concessão de terras. Tratava-se do embrião do movimento dos sem-terra paraguaios, hoje muito mais ampliado. O próprio governo do Lugo coloca hoje a Reforma Agrária como uma de suas principais bandeiras. Um problema é que a maior parte da principal produção, hoje, do Paraguai, que é a soja, deve-se à presença de brasileiros. Então, o governo terá de pensar duas vezes ao tentar retirar os agricultores brasileiros da faixa de fronteira. Não existe uma solução fácil. Outro aspecto interessante desse processo, que observamos, são as estratégias que a população local utiliza em termos identitários para fazer frente a essa presença tão impositiva em termos culturais. Muitos migrantes brasileiros não se integraram efetivamente à cultura paraguaia, desenvolvendo uma prática cotidiana totalmente voltada para o Brasil, vendo a TV Globo, falando o português. Uma espécie de hibridismo cultural acaba sendo promovida por muitos paraguaios, que incorporam elementos da cultura brasileira, uma estratégia política que acaba também alterando o comportamento dos próprios brasileiros.

Muitos têm consciência, por exemplo, que é necessário estimular os filhos a aprenderem o guarani, língua que os paraguaios utilizam como forma de não se fazerem entender pelos brasileiros. Por um lado, na medida em que os filhos dos migrantes também aprendem a língua guarani, pode ocorrer uma integração maior, mas, por outro, também é uma força que eles têm para fazerem ouvir suas reivindicações frente aos paraguaios. Isto quer dizer que se trata de uma dinâmica muito complexa, e que em hipótese alguma se reduz às dimensões econômica e política, mas se estende também pela esfera cultural. Cada vez mais a própria elite brasileira no Paraguai adquire consciência disso, de que a garantia de sua estabilidade envolve, sobretudo, a interação cultural com os grupos locais. Quanto aos brasiguaios, é interessante ver as várias facetas, também, com que esta identidade “híbrida” é acionada. Os primeiros a assumirem esta denominação foram os sem-terra brasileiros que, não tendo acesso à terra no Paraguai, formaram acampamentos no Brasil, especialmente no Mato Grosso do Sul. Hoje, mesmo grandes proprietários brasileiros no país vizinho acabam, inclusive em momentos de crise, acionando esta identidade. Trata-se, como em toda identidade múltipla, de uma espécie de “trunfo” que se tem guardado para acionar nos momentos de necessidade.

Tarcísio: *Rogério, quais as conseqüências socioambientais da diáspora gaúcha para o Brasil?*

Rogério: Essa é uma questão complicada. Lembro, lá na Bahia, de um ditado que dizia que “gaúcho é que nem gafanhoto, onde chega arrasa tudo”. Era um ditado difundido pelos baianos. Claro que aí, como toda questão que perpassa o jogo de identidades, generaliza-se o que não é generalizável, pois, na verdade, há toda uma tremenda diferença entre a ação do pequeno produtor, os que saem sem terra do Sul e que migram para os cerrados, e a ação dos grandes capitalistas que chegam com muito capital, sem falar nos grileiros e nas grandes empresas imobiliárias que seguem na frente para “limpar” ou “preparar” o terreno. São vários grupos que estão ali, mas os grupos locais às vezes generalizam – além de não diferenciar classes, todo sulista, por exemplo, vira “gaúcho”. Então, acho que tem que ter muito cuidado com esses discursos homogeneizantes: “o gaúcho faz isto, o gaúcho faz aquilo”. E na visão dos gaúchos sobre os baianos ou sobre os nordestinos ocorre o mesmo, também, é claro. Muitos gaúchos me diziam assim: “eu nunca me senti gaúcho, agora quando eu cheguei aqui, eu fui obrigado a ser, eu fui obrigado a mostrar elementos que o baiano me cobrava do que significa ser gaúcho”. Às vezes acontece até uma radicalização, o migrante passa a freqüentar CTG, por exemplo, a usar bombacha, o que ele não fazia no Sul. Por quê? Porque a identidade, efetivamente, ela é construída no embate com o outro. Você se coloca lado a lado com a alteridade. E aí vem o baiano com todo o

estereótipo que ele tem do sulista. E o sulista com todo o estereótipo que tem do baiano. E gera toda essa série de atritos, pior ainda quando o próprio grupo assimila a identidade estigmatizada que o outro criou sobre ele. E muitas identidades são assim, mais construídas de fora do que de dentro. Até há relativamente pouco tempo, por exemplo, não existia, enquanto conjunto, o ser “nordestino”. Não havia, era o baiano, o pernambucano, o cearense. Cada um com uma diferença muito grande em relação ao outro, prova é que até hoje tem essas nomenclaturas estaduais para definir a identidade nordestina, o “baiano” em São Paulo e o “paraíba” no Rio de Janeiro, dada a força dessas identidades estaduais, previamente constituídas, antes da formação dessa grande identidade nordestina que foi imposta mais de fora, pela visão dos habitantes do Sudeste do que de dentro da própria região. Há um livro muito interessante de um historiador, Durval Albuquerque Junior, chamado *A invenção do Nordeste*, mostrando essas idas e vindas da construção identitária nordestina e as relações de poder que as sustentam. Sobre o sulista genericamente “devastador” em termos ecológicos, o importante não é estigmatizar todo um grupo, mas demonstrar que a lógica capitalista que está por trás é muito mais importante como fator explicativo, o lucro a qualquer custo que destrói indiscriminadamente as ricas veredas dos cerrados e expulsa suas comunidades tradicionais centenárias. Não podemos esquecer que algumas iniciativas pioneiras no discurso ecológico também foram obra de “gaúchos”, como José Lutzenberger. Mas, sem dúvida o resultado da ocupação dos cerrados do oeste baiano, independente de ser obra “gaúcha”, é assustador. Até mesmo muitas nascentes de rios, que ali se dão sob o complexo fenômeno das “águas emendadas”, que correm tanto para a bacia do São Francisco quanto para a do Tocantins a partir de veredas no alto da chapada, correm o sério risco de se extinguirem.

Tarcísio: Num dos textos que você organizou, *“Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo”*, você faz uma discussão sobre globalização. É um discurso antes do 11 de setembro de 2001. Hoje, como que você vê esta obra e, nesta conjuntura, a aplicabilidade dela. O que você manteria?

Rogério: É de 1998. Estou justamente retomando esse texto porque aquele livro está esgotado e teve relativamente pouca distribuição. Ele tem uma proposta didática e um tema que, na época, era pouco trabalhado. Tem vários capítulos sobre as principais regiões e/ou países do mundo. Até mesmo a forma com que focalizei a análise sobre a globalização e as formas de fragmentação ali identificadas tem também um objetivo mais didático. Tentei retomar esse trabalho agora para a introdução do livro sobre regionalização, que já comentei, e que tem o título provisório de *Global-Regional: os dilemas da regionalização num mundo global-fragmentado*. Começo o livro justamente retomando esse texto. Reescrevendo-

o, confesso que fiquei até um pouco surpreso com o fato de ele ter mantido muito de sua atualidade, mesmo com o pós-11 de setembro. Eu enfatizava muito, por exemplo, o aumento dos processos de “exclusão” – ou melhor, de inclusão precária – trabalhando com o conceito de aglomerados de exclusão, que depois desdobrei no livro *O Mito da Desterritorialização*. Este processo só fez aumentar. Por outro lado, as dinâmicas de fragmentação, inclusive de natureza étnico-cultural e religiosa, já ali enfatizadas (com mapas da questão Bósnia e palestina, por exemplo, ou na análise da diversidade cultural chinesa), também se acirraram ainda mais. Então, acho que ele não perdeu a atualidade.

Robson: Quando você em sua palestra apontou a questão do descontrole e da insegurança, no caso, seria uma sociedade desse controle de riscos. Logo ao final da sua fala você diz: “mas a gente não pode ser tão pessimista”. Esse movimento você constituiu entre a leitura dessa problemática e o seu comprometimento com uma visão que possa perceber as fissuras desse processo. Como é que você, ao lidar com essas questões, vê na própria constituição societária, essas maneiras tão diversas de construção identitária, de (re)significações do mundo, de constituição de outras alternativas? Como você pensa esses dois movimentos entre a constatação disso e, ao mesmo tempo, uma percepção que também tem que dar conta daquilo que se desdobra paradoxalmente?

Rogério: Uma questão importante. Começaria dizendo que, em relação a este termo “sociedade de segurança”, temos que ter muito cuidado com ele. Porque passa sempre uma primeira idéia de uma visão muito estrita de segurança voltada para a questão da violência, por exemplo, disso que Foucault identifica como “quem deve viver e quem deve morrer”. Como se estivéssemos sempre ali no limiar, onde só o que resta é a definição de nossa sobrevivência física, biológica. A questão primeira seria minha segurança “de vida”. Assim, tende-se a assimilar todo esse discurso do Estado que, o tempo inteiro, faz coisas, toma decisões, em nome da segurança. E a população e a sociedade aceitam isso, tomadas também pela força do discurso midiático. Temos que rever isso, rever o próprio conceito de segurança que estamos usando. Porque se formos assimilar e efetivamente visualizar o momento contemporâneo como “sociedade de segurança”, “segurança” deve aparecer também num sentido amplo, econômico, político, cultural, com a temática da violência como uma entre várias outras aí inseridas. Mas se ficarmos assimilando esse discurso dominante, de que a segurança está voltada estritamente para a questão da violência, temos que ter muito cuidado, pois estaremos incorrendo numa tremenda simplificação. Em relação à possibilidade de rupturas dentro desse movimento, que parece tão opressor, de cima pra baixo, e que, assim, tende a nos deixar tão pessimistas, o que eu teria aí a contribuir, pela ótica da Geografia, seria com relação às

formas de territorialidades que podemos considerar como territorialidades alternativas. Ontem, na palestra, também citei momentos de ruptura dentro desse movimento mais amplo, a partir da base, com exemplificações latino-americanas e brasileiras. Aqui no Brasil, hoje, vários movimentos manifestam esta busca – e efetivas conquistas – de territórios de alguma forma “alternativos”. Além da tradição – já exportada para outros países – dos movimentos dos sem-terra e dos sem-teto, que são mais amplos a nível social, temos também os dos chamados grupos ou povos tradicionais que, na verdade, são como que uma invenção nossa, institucionalizando essa categoria que também tem direitos que devem ser assegurados. E aí, é claro, vem todo o debate dos antropólogos e dos políticos para definir o que é, efetivamente, e quem efetivamente são os povos tradicionais e que colocam outra modalidade, paralela, alternativa, de organização do território – e, por extensão, se quisermos, de sua “segurança” enquanto grupos. Considero fundamental, porque eles estão mostrando novas práticas de controle territorial efetivamente alternativas, alternativas a essa lógica do individualismo, da mercantilização e da especulação indiscriminados. Porque são áreas imensas do território nacional de usufruto coletivo e que ficam à margem dessa especulação. Elas estão vedadas à compra e à venda. As terras dos quilombos, as terras dos indígenas e alguns faxinais que, ao lado de vários outros grupos, agora também estão se organizando nesse sentido. Existem terras lá nos Gerais da Bahia, justamente naquela área que os sulistas praticamente tomaram com a soja, em que, apesar de tudo, ainda restam algumas áreas de uso comum. Geógrafos da Universidade Federal da Bahia estão estudando a organização dos camponeses desses “fundos de pasto”, cerrados também de usufruto coletivo, onde colocavam o gado na época de seca no sertão, retirando na outra estação do ano. Terra de uso coletivo, ou de múltiplos usos, e que, assim, configura uma espécie de multiterritorialidade, também no sentido de admitir múltiplos controles/posses/apropriações sobre o mesmo território. E que coloca efetivamente uma alternativa a ser defendida. Acho que aí tem realmente algo que corre paralelo a esse mundo da mercantilização e da violência indiscriminada – em suas várias conotações – em que vivemos.

Robson: Mas ele é paralelo ou ele é instituído nessas ...

Rogério: Não, o termo não é paralelo, porque ele está inserido dentro desse conjunto, na medida em que ele é reconhecido pelo próprio Estado, mas como uma forma que tem na base uma resistência efetiva. Porque são grupos que lutaram muito por isso, para conseguir institucionalizar suas demandas, mostrando que a resistência, hoje, não se faz somente na confrontação dita revolucionária, mas na própria luta cotidiana por mais dignidade e direitos, o que inclui a própria reconfiguração do papel do Estado, como acontece em

alguns países sul-americanos. Não se trata de um jogo simples entre dominados e dominantes, mas de um jogo muito complexo e muitas vezes até mesmo ambíguo. E isso abre para nós uma perspectiva efetiva de mudança, ainda que distinta daquelas que tradicionalmente eram propostas. Embora pareçam movimentos menores, muitos deles, ao se somarem, já começam a provocar alterações mais amplas, “no topo”. Os movimentos sociais na Bolívia, por exemplo, acho que estão mexendo também no topo. Trata-se de um novo Estado que está se tentando gestar, claro que com muitas idas e vindas, positivas e negativas aí convivendo, mas, de alguma maneira, qualquer transformação envolve tudo isso. Contanto que o saldo final, para o futuro, seja positivo. Democracia é também conflito, não esqueçamos disso. Creio que hoje há um verdadeiro laboratório na América Latina, nesse sentido. A organização indígena, por exemplo, acabou realizando conquistas memoráveis. E em países como a Bolívia eles não são minoria, são a maioria da população. Ao contrário dos fundamentalismos, não se trata de identidades isolacionistas e fechadas, e que sabem que, quando porventura precisem um certo fechamento, este tem um sentido estratégico e episódico, para a realização de conquistas naquele momento. Nos fundamentalismos, o fechamento é indefinido, e só se aceita a própria identidade (ou mesmo ideologia). Alguns autores chamam esse processo de essencialização estratégica. Cria-se a visão de que a identidade é da essência do grupo porque é estratégico, naquele momento e para aquela conquista. Mas para, logo depois, e alguns líderes têm plena consciência disso, num momento seguinte, novamente se abrirem e promoverem diálogos multi-identitários com outros grupos. É um momento de luta que está colocado. Uma nova forma de luta, que vem se somar a tantas outras, não excludentes, que estamos vendo surgir, e que nos cabe, de alguma forma, estimular.

Contribuição recebida em: 01/03/09

Aprovada em: 25/08/09.